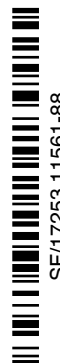


REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e combinado com os arts. 215, I, a e 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, com as seguintes informações:

- a) Segundo nota oficial emitida pela Polícia Federal, a emissão de passaportes solicitados a partir de 27 de junho de 2017 será prejudicada. A emissão de passaportes é um serviço pago pela população e uma das atividades primordiais de atendimento à população que precisa viajar para o exterior – por diversos motivos - e o passaporte é documento obrigatório para tal. Nesse sentido, como trata-se de uma despesa para qual há uma receita própria, decorrente das taxas para a emissão de passaportes. A Polícia Federal estava ciente de que cortes orçamentários poderiam impactar a atividade de controle migratório e emissão de passaportes? Se sim, desde quando o Ministério chegou a essa conclusão? Nesse sentido, a Polícia Federal anteviu que tais serviços seriam interrompidos caso não recebessem suplementações orçamentárias? Se sim, quando?
- b) A Polícia Federal enviou ao Ministério da Justiça algum ofício avisando que a emissão de passaportes seria interrompida por falta de orçamento? Houve algum tipo de aviso de interrupção de atividades ao Ministério da Justiça? Se sim, quando foi enviado tal aviso? Houve alguma manifestação de resposta do Ministério da Justiça?



- c) A Polícia Federal recebeu alguma justificativa do Ministério para a interrupção de tais atividades?
- d) Durante a montagem da peça orçamentária do Ministério da Justiça, a Polícia Federal elencou quais seriam os montantes necessários para exercer suas atividades em cada uma das ações orçamentárias? Há diferença entre o que a Polícia Federal sugeriu à Secretaria-Executiva do Ministério e a peça final? Se há, qual justificativa para alterações a Polícia Federal recebeu? Há algum documento ou ofício enviado pela Polícia Federal ao Ministério da Justiça sobre esses temas? Há algum ofício recebido pela Polícia Federal do Ministério da Justiça sobre esses temas?
- e) A Polícia Federal acredita que alguma outra atividade de sua competência possa ser paralisada ou interrompida por insuficiência de orçamento? Se sim, qual/quais?
- f) Diante dos cortes orçamentários realizados de forma global pelo Governo, o Ministério da Justiça, que teve corte considerável, oficiou alguma outra pasta do governo federal para discutir sobre a insuficiência de pelo governo, o Ministério da Justiça teve um corte volumoso. Nesse sentido, a Polícia Federal e seus servidores avisaram ou realizaram discussões com outras pastas do Governo Federal que o corte de verbas poderia impactar em atividades essenciais para a população? Se sim, há algum ofício? Reunião? Se houve reunião entre autoridades, quais autoridades participaram? Quais as datas em que ocorreram e quem eram os(as) demais participantes?

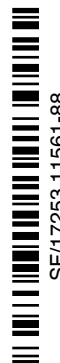


g) A Polícia Federal acredita que alguma outra atividade de sua competência possa ser paralisada ou interrompida por insuficiência de orçamento? Se sim, qual/quais? E, ainda, há previsão de quando essas interrupções podem acontecer?

JUSTIFICAÇÃO

A Polícia Federal emitiu uma nota oficial da instituição afirmando que “a confecção de novas cadernetas de passaportes solicitadas a partir de hoje, 27 de junho de 2017, às 22 horas”. A Polícia Federal justificou tal medida da seguinte forma “(ela) decorre da insuficiência do orçamento destinado às atividades de controle migratório e emissão de documentos de viagem”.

Tal atitude nos parece grave, já que é decorrente de corte de verbas para as atividades mais triviais entre aquelas que são atribuição da Polícia Federal. Preocupa-nos, nesse sentido, se as atividades que a Polícia Federal realiza hoje serão realizadas daqui para a frente, e se serão afetadas de forma mais profunda com tal corte de orçamento, já que atividade tão trivial e ao mesmo tempo essencial para a população brasileira, que, inclusive, tem receita própria, precisou ser interrompida. Parece-nos fundamental que esclarecimentos sejam prestados ao Congresso Nacional e à população brasileira para que ela possa ao mesmo tempo ser devidamente informada sobre o andamento das instituições além de saber dos entraves que tais instituições sofrem pela edição de medidas como a EC/95.



Sala das Sessões, em 28 de junho de 2017.

Senador **Lindbergh Farias**

Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco da Resistência Democrática
no Senado Federal



SF/17253.11561-88